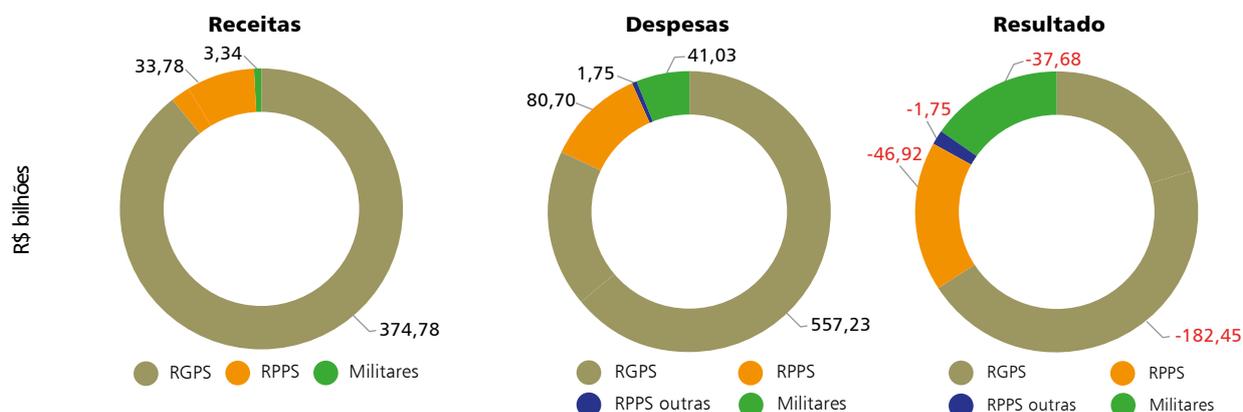


No Relatório sobre as Contas do Presidente da República, o Tribunal de Contas da União analisou os resultados dos regimes de previdência de natureza pública mantidos pela União em virtude da elevada proporção das despesas previdenciárias no conjunto de gastos do governo.

Em 2017, 53% de todas as despesas primárias do governo central destinaram-se aos regimes públicos de previdência (R\$ 680,71 bilhões, de um total de R\$ 1.279,01 bilhões). Sobressai o Regime Geral de Previdência (RGPS), com gastos de R\$ 557 bilhões em 2017, um crescimento de 9,8% em relação ao ano anterior.

Os regimes de previdência apresentaram déficits, pois suas despesas foram maiores que as contribuições pagas pelos trabalhadores e pelas empresas. O Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que atende aos trabalhadores da iniciativa privada, teve um déficit em 2017 de R\$ 182,45 bilhões. O resultado do Regime Próprio (RPPS), voltado aos servidores civis da União, por sua vez, foi deficitário em R\$ 48,7 bilhões, enquanto os pagamentos a inativos e pensionistas militares da União geraram déficit de R\$ 37,68 bilhões.

Distribuição de receitas, despesas e resultado dos regimes previdenciários federais em 2017

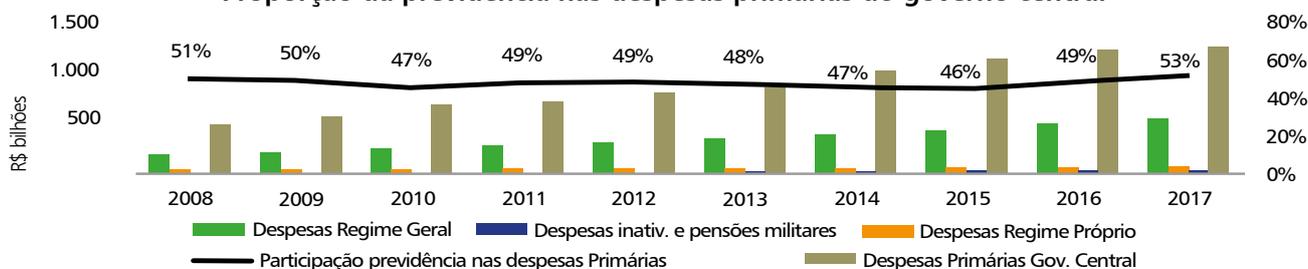


Fonte: RREO e BEPS.

Nota 1: o item "RPPS outras" se refere a gastos não estritamente direcionados a servidores civis da União, diz respeito a rubricas como: Fundo Constitucional do Distrito Federal, inativos de ex-territórios, Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC), pensões especiais e complementação da extinta Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Não

Observa-se que as contribuições realizadas por trabalhadores e empresas não são suficientes para cobrir o pagamento de aposentadorias e pensões, o que leva o governo federal a fazer vultosos aportes de recursos para manter os pagamentos. Dessa forma, o déficit previdenciário federal totalizou, em 2017, R\$ 268,8 bilhões – o equivalente a 4,1% do PIB e a 37% da receita corrente líquida da União.

Proporção da previdência nas despesas primárias do governo central



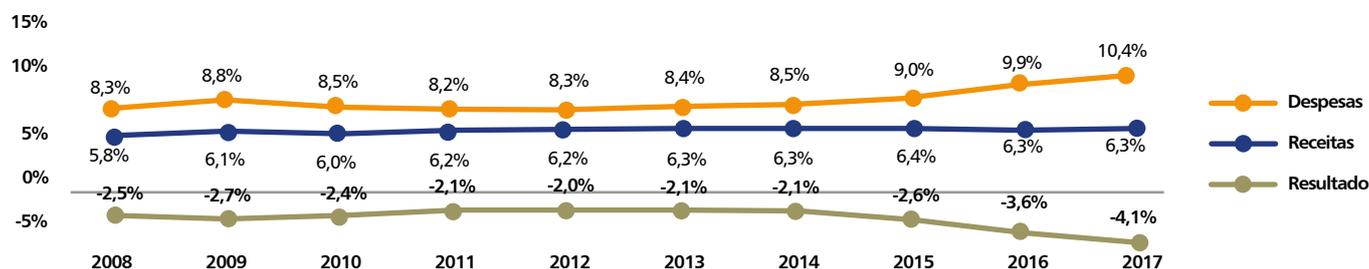
Fonte: RREO e BEPS.

O gráfico demonstra que os regimes de previdência têm tido despesas crescentes nos últimos anos, consumindo a maior parte dos gastos não financeiros do governo central. Levando em conta a restrição imposta pelo Teto de Gastos (EC 95/2016), conclui-se que a tendência de crescimento contínuo dos gastos com previdência implicará o achatamento

das demais despesas públicas, com consequências negativas para a qualidade e extensão dos serviços públicos prestados pela União.

Os déficits previdenciários equivalem a parcelas cada vez maiores do PIB, como evidenciado no gráfico a seguir, sopesados os exercícios de 2008, 2009 e de 2015 a 2017, tendo em vista o impacto negativo advindo de crises econômicas sobre o PIB.

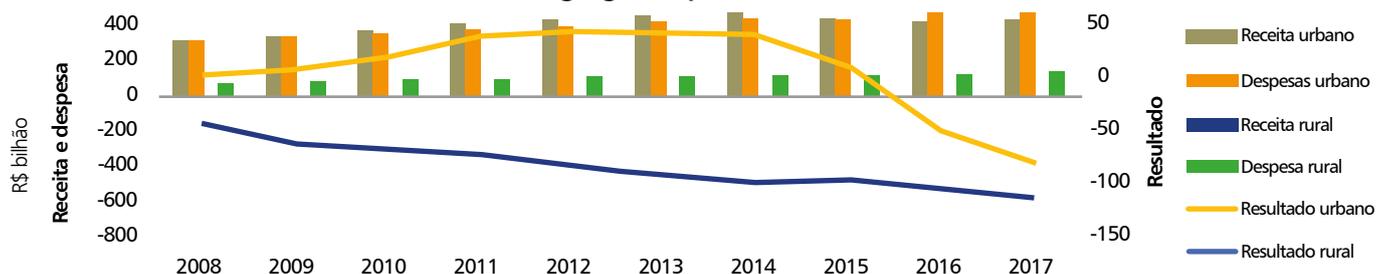
Receitas, Despesas e Resultados Previdenciários em relação ao PIB



Fonte: RREO, BEPS e IBGE.

O gráfico abaixo contém resultados do RGPS por modalidade (corrigidos pela inflação). Considerando-se o crescimento inercial das despesas da previdência urbana sob as regras atuais, bem como as projeções atuariais disponíveis, pode-se esperar déficits cada vez maiores dessa modalidade de aposentadoria, com alguns alívios ocasionais pela maior arrecadação em períodos particularmente favoráveis do mercado de trabalho, como se deu no quinquênio 2009-2014. É necessário que os formuladores de política atentem para a ausência de equilíbrio financeiro e atuarial do sistema previdenciário brasileiro.

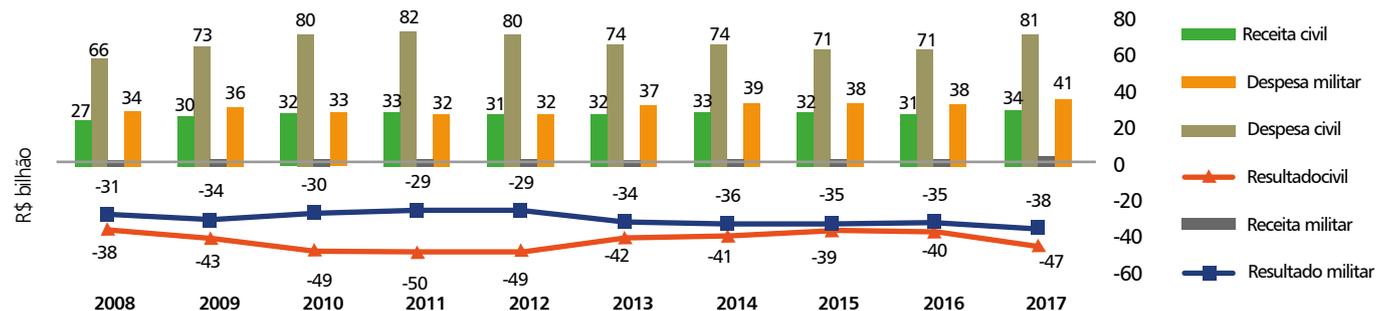
Resultados do RGPS segregados pelas modalidades urbana e rural



Fonte: RREO, BEPS.

O gráfico a seguir apresenta os resultados financeiros corrigidos do RPPS (civis e militares) de 2008 a 2017. Desde 2011, as despesas desse regime vinham em tendência de queda, que foi revertida em 2017 em virtude de um número elevado de aposentadorias em antecipação a uma possível alteração das regras vigentes. Assim, o incremento de gastos de 2017 acarretou uma piora do resultado do RPPS, que foi um déficit de R\$ 46,9 bilhões (0,7% do PIB e 3,6% das despesas primárias da União). O regime de inatividade e pensão dos militares caracteriza-se por baixa contribuição (receita), ligado à perspectiva vigente, de um modelo financiado primordialmente pela União. Como as despesas alcançaram patamares significativos, tem-se uma sucessão de déficits substanciais, que chegou a R\$ 37,7 bilhões em 2017 (0,5% do PIB e 2,9% das despesas primárias da União).

Resultados do RPPS e do regime de inatividade e pensão dos militares



Fonte: BEPS e RREO.

Nota: o gráfico não inclui as despesas com o Fundo Constitucional do Distrito Federal.